COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 5.449, DE 2016

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para prever a subvenção econômica a produtores para a equalização do preço de aquisição de milho destinado à alimentação animal, em períodos de elevação dos custos de produção para patamares superiores aos de venda do produto final.

Autor: Deputado COVATTI FILHO

Relator: Deputado NELSON MEURER

I - RELATÓRIO

Por intermédio do Projeto de Lei nº 5.449, de 2016, o ilustre Deputado Covatti Filho propõe a concessão de subvenção econômica a produtores rurais para a aquisição de milho destinado à alimentação animal, em períodos em que os custos de produção superem os de venda do produto final.

A proposição tramita sob o regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, com apreciação inicial desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (mérito) e posterior análise das Comissões de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Nesta Comissão não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Subvenções econômicas ao produtor rural são reguladas pela Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992. Entre outras providências, esse diploma legal estabelece os instrumentos pelos quais o governo federal garante ao produtor rural o recebimento do preço mínimo estabelecido para determinados produtos agropecuários. Produtores de milho são beneficiários dessa Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

O Deputado Covatti Filho inova ao propor subvenção à aquisição de milho destinado à alimentação animal, realizada em períodos em que os custos de produção excedam os valores obtidos com a venda do produto final e limitada à diferença entre o preço médio de aquisição do milho na região de produção dos animais e o preço médio do grão nas principais regiões produtoras do País.

Para este relator, a medida é de especial interesse dos criadores independentes de animais, que, diferentemente do que ocorre com produtores integrados a sistemas agroindustriais, assumem todo o custo com a alimentação dos animais. Além disso, tal como proposta, a nova subvenção é muito oportuna em períodos de grande elevação das cotações do milho no mercado interno, que pode inviabilizar economicamente a atividade de pequenos criadores de animais.

O substitutivo que ora apresento promove adequações de ordem técnica ao texto apresentado e limita a subvenção de que se trata à aquisição de milho realizada por produtores independentes de aves e suínos.

Diante do exposto, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.449, de 2016, na forma do substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado Nelson Meurer.
Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 5.449, DE 2016

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para instituir subvenção econômica à aquisição de milho destinado à alimentação animal realizada por avicultores e suinocultores não integrados a agroindústrias, em períodos em que os custos de produção superarem os valores obtidos na venda do produto final.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 3º-B Poderá ser concedida subvenção econômica à aquisição de milho destinado à alimentação animal, realizada por avicultores e suinocultores não integrados a agroindústrias, em períodos em que o custo de produção de seus produtos finais exceder os valores obtidos na venda.

Parágrafo único. A subvenção de que trata este artigo:

I – equivalerá, no máximo, à diferença entre o preço médio de aquisição do milho na região de produção dos animais e o preço médio do grão nas principais regiões produtoras do País;

II - observará os limites, as condições, os critérios e a forma de apuração e de acesso estabelecidos em regulamento.
(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado Nelson Meurer
Relator